

# ATIVOS INTANGÍVEIS DE EMPRESAS INOVADORAS

José Glauber Cavalcante dos Santos<sup>1</sup>

Líliã Sampaio Silva<sup>2</sup>

Alessandra Vasconcelos Gallon<sup>3</sup>

Márcia Martins Mendes De Luca<sup>4</sup>

*Resumo:* Este artigo tem por objetivo analisar os ativos intangíveis evidenciados nos demonstrativos contábeis de empresas inovadoras, em termos de categorização, classificação e representatividade. Descritiva, de natureza qualitativa, a pesquisa aplica a técnica Análise de Conteúdo das demonstrações contábeis das empresas listadas na BM&FBovespa participantes do *rankings* setorial da inovação, segundo o Índice Brasil de Inovação (IBI). O estudo revelou que as categorias e classificações dos ativos intangíveis predominantes são o *goodwill* e *software* e os ativos de mercado e de propriedade intelectual, respectivamente, e que nas empresas inovadoras há elevada representatividade dos intangíveis em relação aos ativos tangíveis. Foi possível observar ainda, nos relatórios analisados, que a maior parte das empresas inovadoras apresenta a discriminação ou decomposição dos ativos intangíveis, especialmente em notas explicativas às demonstrações contábeis, e que é crescente o número de empresas com maior divulgação sobre os intangíveis a partir do exercício de 2008 – primeiro ano de vigência da Lei nº 11.638/2007 e do Pronunciamento Técnico CPC 04, revelando que os normativos contribuíram para a melhoria informacional dos demonstrativos contábeis das empresas pesquisadas.

*Palavras-chave:* Ativos intangíveis, Empresas inovadoras, Índice Brasil de Inovação (IBI).

*Abstract:* This article aims at analyzing evidences of intangible assets in accounting demonstratives in innovative companies, in terms of categorization, classification and representativeness. This descriptive research of qualitative nature applies the content analysis technique to the accounting demonstrations of companies listed on the BM&FBovespa and participating in the sector ranking of innovation, according to the Brazil Innovation Index (IBI). The study revealed that the categories and classifications of the predominant intangible assets are goodwill, software, market assets, and intellectual ownership, respectively, and that there is an elevated representativeness of the intangibles concerning the tangible assets in innovative companies. It was also possible to observe that, in the analyzed reports, most of the

innovative companies presents the discrimination or decomposition of the intangible assets, especially in explanatory notes for the accounting demonstrations, and that there is an increasing number of companies with greater publication of intangibles in the exercise of 2008 – first year of law no. 11.638/2007 and the Technical Pronouncement of CPC 04, revealing that the normatives have contributed to the informational improvement of the accounting demonstratives of the researched companies.

*Keywords:* Intangible assets; Innovative companies; Brazil Innovation Index (IBI).

## 1 INTRODUÇÃO

O tema *ativo intangível* emerge na sociedade atual suscitando no contexto corporativo e acadêmico a discussão sobre a sua relevância para a riqueza das organizações por meio de sua funcionalidade (ANTUNES; MARTINS, 2007). Nessa perspectiva, Backes, Ott e Wiethauper (2005, p. 1) salientam que “a proporção de investimentos em ativos intangíveis passa a ser significativa, em contraste com a irrelevância observada em outros tempos”.

Por sua vez, no Brasil, o registro obrigatório dos ativos intangíveis no Balanço Patrimonial estabeleceu-se somente a partir da Lei nº 11.638/2007, que tornou compulsória a introdução do Intangível no Ativo Não Circulante. Em seguida, o Pronunciamento Técnico CPC 04, com base no International Accounting Standard (IAS) 38, estabeleceu critérios de contabilização relativos ao reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis, exigindo a divulgação de informações específicas em notas explicativas aos demonstrativos contábeis. Sobre a importância dos mencionados normativos, Ludícibus et al (2010) afirmam que a qualidade da informação contábil aumenta substancialmente com a inclusão do Ativo Intangível, contribuindo para o desenvolvimento do mercado de capitais e também reduzindo custos de captação.

O enfoque dado à pesquisa – a análise dos ativos intangíveis de empresas brasileiras de grupos setoriais inovativos – se apoia nos resultados de estudos de autores estrangeiros (ROGERS, 1998; LEV, 2001; DARROCH; McNAUGHTON, 2002; EDVINSSON et al, 2004; NARVEKAR; KARUNA, 2006; MUDAMBI, 2008) e brasileiros (ALMEIDA, 2003; TEH; KAYO; KIMURA, 2008; TIRONI; CRUZ, 2008; COLAUTO et al, 2009; CRISÓSTOMO, 2009; STOECKICHT; SOARES, 2009), que, ao investigar os temas *ativo intangível* e *inovação*, constataram a afinidade existente entre ambos. Na mesma linha de raciocínio, de acordo com a terceira edição do Manual de Oslo – diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação –, lançada pela Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) em 2005, a inovação envolve investimento relevante que inclui a aquisição de ativos intangíveis capazes de render retornos potenciais no futuro. Na mesma linha de raciocínio, em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) – fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República –, Tironi e Cruz (2008) destacam o papel dos ativos intangíveis (*intangibles*) para a inovação das empresas na era da economia do conhecimento,

e consideram que um maior grau de novidade requer maior absorção de intangíveis na atividade inovadora.

Esse cenário induz à temática de que as empresas têm realizado mudanças em sua estrutura, com destaque para a absorção de recursos intangíveis, para gerar o máximo de benefícios advindos do processo inovativo. Nesse sentido, pode-se conjecturar que uma das principais motivações para o foco na inovação tecnológica parte do pressuposto de que empresas com forte caráter inovador teriam intensivos investimentos em ativos intangíveis e apresentariam vantagens competitivas capazes de influenciar a geração de valor – enfoque adotado como pressuposto teórico da presente pesquisa.

Assim, este estudo suscita a seguinte questão: Quais as características dos ativos intangíveis evidenciados nos demonstrativos contábeis das companhias abertas participantes dos setores mais inovadores do Brasil? Nesse contexto, elege-se como objetivo geral analisar os ativos intangíveis evidenciados nos demonstrativos contábeis de empresas inovadoras listadas na BM&FBovespa, em termos de categorização, classificação e representatividade. Essas empresas foram criteriosamente selecionadas, com base no fato de que, devido ao seu forte caráter inovador, promovem intensivos investimentos em intangíveis, os quais, por consequência, têm ampla evidenciação contábil.

Torna-se oportuno salientar que a cada dia as discussões sobre os ativos intangíveis no contexto da evidenciação contábil ganham mais destaque nos âmbitos acadêmico e corporativo brasileiros, principalmente devido ao processo de convergência das normas nacionais aos padrões internacionais, apoiado nas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 e nos documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O estudo foi estruturado em cinco tópicos, incluindo esta introdução. A seguir, apresenta-se a revisão da literatura, contextualizando-se os ativos intangíveis e a inovação. Na sequência, vem o proceder metodológico, seguindo-se os resultados da pesquisa. O tópico derradeiro traz as considerações finais.

## 2 OS ATIVOS INTANGÍVEIS E A INOVAÇÃO

Um dos mais conhecidos conceitos de ativo intangível foi formulado por Kohler (1957 apud IUDÍCIBUS, 2004, p. 225): “um ativo de capital que não tem existência física, cujo valor é limitado pelos direitos e benefícios que antecipadamente sua posse confere ao proprietário”. O Pronunciamento Técnico CPC 04, em seu item 8, assinala a necessidade de identificação do intangível pela empresa e o define como “um ativo não monetário identificável sem substância física”.

Grupo de contas do Balanço Patrimonial ainda pouco conhecido e até ignorado por boa parcela dos contadores, o Ativo Intangível se destaca no estudo da teoria da contabilidade, principalmente pela descoberta do seu valor para as empresas e de sua importância como uma reserva de benefícios futuros (IUDÍCIBUS, 2004). Hendriksen e Van Breda (2007, p. 387),

ênfatisam que os ativos intangíveis “devem ser reconhecidos sempre que preenchem os requisitos de reconhecimento de todo e qualquer ativo, ou seja, devem atender à definição de um ativo, devem ser mensuráveis e devem ser relevantes e precisos”.

De acordo com Lev (2001), o atual interesse pelos ativos intangíveis se deve à competição e ao desenvolvimento da tecnologia da informação, alterando a estrutura das empresas, ao elevar os intangíveis ao nível de maior direcionador de valor corporativo. Nessa perspectiva, Perez e Famá (2006) ressaltam que ativos intangíveis como marcas, patentes, capital intelectual e direitos autorais, por exemplo, são ativos singulares, geralmente oriundos de inovação e conhecimento. Crisóstomo (2009) corrobora a assertiva desses dois autores, salientando que a riqueza da empresa passa a ser gerada pela inovação.

Quanto à classificação dos ativos intangíveis, os autores clássicos não apresentam convergência, sendo encontradas diferentes classificações na literatura. Para facilitar a compreensão dos intangíveis, o Quadro 1 exibe a sua classificação e respectiva composição segundo alguns desses autores.

Quadro 1 – Classificação dos ativos intangíveis

Autoria	Classificação	Composição / Categorias
Brooking (1996)	Ativos de Mercado	Potencial da empresa em decorrência dos intangíveis relacionados ao mercado, como marcas, clientes, lealdade dos clientes, negócios recorrentes, negócios em andamento e canais de distribuição
	Ativo Humano	Benefícios que o indivíduo pode proporcionar às organizações por meio da sua expertise, criatividade, conhecimento e habilidade para resolver problemas, tudo visto de forma coletiva e dinâmica
	Ativos de Propriedade Intelectual	Ativos que dependem de proteção legal para proporcionar às organizações benefícios como <i>know-how</i> , segredos industriais, <i>copyright</i> , patentes e <i>design</i>
	Ativos de Infraestrutura	Tecnologias, metodologias e processos, como cultura organizacional, sistema de informação, métodos gerenciais, aceitação do risco e banco de dados de clientes

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Quadro 1, observa-se que alguns ativos intangíveis são mais facilmente identificáveis e mensuráveis, enquanto há outros de mais difícil identificação e controle, considerados de produção interna, principalmente aqueles relacionados aos ativos humanos (ANTUNES; LEITE, 2008). Antunes e Leite (2008) complementam afirmando que devido, principalmente, à dificuldade de mensuração do seu custo com segurança e ao efeito sinérgico de sua atuação conjunta, alguns intangíveis não são contemplados nos demonstrativos contábeis.

Diante da unidade de análise da presente pesquisa – empresas de setores participantes do *ranking* setorial da inovação do IBI –, adota-se a classificação de ativos intangíveis proposta por Brooking (1996), por apresentar uma categoria específica dos ativos intangíveis relacionada a ativos de inovação, compreendida na classe **ativos de propriedade intelectual**.

Desde a edição do Manual Frascati, em 1962, dando origem a publicações posteriores da OECD, o tema inovação vem sendo conduzido por meio de orientações e padronização de conceitos, metodologias e construção de estatísticas e indicadores de P&D de países industrializados (OECD, 2005). Para a OECD (2005), os dados sobre inovação podem ter variados usos, sendo que os focos principais são a possibilidade de melhor compreensão da relação entre inovação e crescimento econômico e disponibilização de indicadores para confrontar o desempenho nacional com as práticas vigentes. A terceira edição do Manual de Oslo (OECD, 2005, p. 55) expressa a seguinte definição de inovação: **“a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas”**.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), desenvolve a Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec). Suas quatro edições (2000, 2003, 2005 e 2008) analisam e apontam indicadores de inovação, bem como apresentam classificações das atividades segundo os graus inovativos das empresas. Dentre os indicadores apontados pelo Manual de Oslo e pela Pintec, destacam-se: a) recursos destinados a P&D; b) estatística de patentes; c) estatística de publicações científicas; d) adoção de tecnologias da informação e da comunicação; e) gerenciamento do conhecimento; e f) investimentos intangíveis, como *marketing* não rotineiro, treinamento, *software* e despesas correntes em P&D.

Lançado em 2005, o IBI tinha por objetivo medir a capacidade inovativa das empresas para construção de um *ranking* de empresas brasileiras inovadoras (FURTADO et al, 2007). O IBI compreende dois níveis, sendo o primeiro formado por dois macroindicadores (Indicador Agregado de Esforço – IAE e Indicador Agregado de Resultado – IAR), que, por sua vez, se subdividem em 16 microindicadores, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Macroindicadores e microindicadores do IBI

Macroindicador	Microindicador
Indicador Agregado de Esforço (IAE)	Dispêndio com P&D interna
	Dispêndio com P&D externa
	Dispêndio com outros conhecimentos externos
	Dispêndio com <i>software</i>
	Dispêndio com máquinas e equipamentos
	Dispêndio com treinamento
	Dispêndio com lançamento de produtos
	Dispêndio com projetos industriais
	Total de graduados ocupados em P&D
	Total de mestres ocupados em P&D
Total de doutores ocupados em P&D	
Indicador Agregado de Resultado (IAR)	Receita total de vendas com produtos novos para a empresa
	Receita total de vendas com produtos novos para o mercado nacional
	Receita total de vendas com produtos novos para o mercado mundial
	Total de patentes/registros de programas de computador depositados
	Total de patentes/registros de programas de computador concedidos

Fonte: Adaptado de Furtado et al, 2007.

Para mensuração do grau de inovação das empresas, o presente estudo adota o *ranking* setorial da inovação do IBI, que pressupõe a identificação de similaridades de comportamento tecnológico entre as empresas, para enquadrá-las em quatro diferentes grupos de intensidade tecnológica, na forma a saber: Grupo 1 – setores de alta tecnologia; Grupo 2 – setores de média-alta intensidade tecnológica; Grupo 3 – setores de média-baixa intensidade tecnológica; e Grupo 4 – setores de baixa intensidade tecnológica.

Desenvolvido por pesquisadores do Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT/IG) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), a partir de uma iniciativa da Revista Inovação do Instituto Uniemp, o IBI adota como matriz conceitual e metodológica as diretrizes das pesquisas de inovação que seguem os conceitos do Manual de Oslo, de maneira que os indicadores de inovação considerados na composição do índice estão ancorados em uma abordagem suficientemente ampla e abrangente para uma aproximação do que seria a capacidade efetiva de inovação das empresas. Na presente pesquisa, são utilizados os indicadores da segunda edição do IBI (lançada em 2009) que se apoiam em informações do IBGE, utilizando as respostas dos questionários da Pintec e da Pesquisa Industrial Anual (PIA), que têm como referência o ano de 2005.

### 3 METODOLOGIA

Levando-se em conta o objetivo do estudo, a pesquisa, do tipo descritiva, adota os procedimentos bibliográfico e documental. O estudo tem natureza qualitativa, já que, segundo Richardson (1999), esse tipo de pesquisa caracteriza-se pelo não emprego de instrumental estatístico como base da análise de um problema.

Para responder à questão de pesquisa, a seleção das empresas participantes da amostra se deu a partir da população de empresas atuantes nas atividades da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE), consideradas no Pintec 2005 como inovadoras, cujas ações são listadas na BM&FBovespa, conforme ilustra a Tabela 1. A amostra se justifica devido ao pressuposto de que os ativos intangíveis de inovação exercem influência como fonte essencial para a manutenção das vantagens competitivas e dos valores econômicos em empresas tecnologicamente intensivas.

Tabela 1 – População do estudo

<b>Grupo setorial do IBI</b>	<b>Atividades CNAE 2.0 – Pintec 2005</b>	<b>Segmento/setor econômico correspondente de empresas listadas na BM&amp;FBovespa</b>	<b>Nº de empresas listadas em bolsa</b>

ATIVOS INTANGÍVEIS DE EMPRESAS INOVADORAS

Grupo 1 (alta tecnologia)	Fabricação de outros equipamentos de transporte Atividades de informática e serviços relacionados Instrumentação e automação industrial Máquinas para escritório e equipamentos de informática Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos Veículos, reboques e carrocerias	Material de transporte Computadores e equipamentos Máquinas e equipamentos Programas e serviços	24
Grupo 2 (média-alta intensidade tecnológica)	Eletrônica e aparelhos e equipamentos para telecomunicações Refino de petróleo e álcool Fabricação de máquinas e equipamentos Fabricação de produtos químicos Telecomunicações Fabricação de móveis e indústrias diversas	Petróleo, gás e biocombustíveis Químicos Telecomunicações Diversos	53
Grupo 3 (média-baixa intensidade tecnológica)	Fabricação de artigos de borracha e plástico Fabricação de produtos de minerais não metálicos Couros, calçados e fabricação de artefatos de couro Fabricação de produtos do fumo Fabricação de celulose, papel e produtos de papel Confecção de artigos do vestuário e acessórios Fabricação de produtos têxteis	Materiais de construção Tecidos, vestuário e calçados Cigarros e fumo Papel e celulose Diversos	43
Grupo 4 (baixa intensidade tecnológica)	Fabricação de produtos de metal Indústrias extrativas Metalurgia básica Fabricação de produtos de madeira Fabricação de produtos alimentícios e bebidas Edição, impressão e reprodução de gravações	Utensílios domésticos Minerais metálicos Siderurgia e metalurgia Madeira Diversos Mídia	54

Fonte: Elaborada pelos autores.

De acordo com a Tabela 1, dispunha-se de 174 empresas listadas na BM&FBovespa e participantes de segmentos e/ou setores econômicos correspondentes às atividades da CNAE 2.0, consideradas inovadoras pelo IBI, sendo 24 no Grupo 1, 53 no Grupo 2, 43 no Grupo 3 e 54 no Grupo 4. Entretanto, foram desconsideradas as empresas que deixaram de divulgar seus demonstrativos contábeis (Balço Patrimonial e Notas Explicativas) em pelo menos um dos três exercícios analisados (2007, 2008 e 2009) no portal eletrônico da BM&FBovespa e que apresentaram Balço Patrimonial sem Ativo Intangível, restando 74 empresas em 2007 (8 do

Grupo 1, 31 do Grupo 2, 18 do Grupo 3 e 17 do Grupo 4), 130 em 2008 (18, 43, 30 e 39, respectivamente) e 133 em 2009 (19, 42, 33 e 39).

Apresentaram Balanço Patrimonial sem Ativo Intangível 60 empresas em 2007, quatro em 2008, uma em 2009 e 19 simultaneamente nos três exercícios. Cabe enfatizar que o número decrescente de empresas que não apresentaram Ativo Intangível no Balanço Patrimonial (79, 23 e 20 empresas, respectivamente) corrobora o pressuposto teórico da pesquisa, de que o caráter inovador das empresas demanda intensivos investimentos em ativos intangíveis. Além disso, destaca-se a introdução do Intangível no Balanço Patrimonial das empresas, prevista na Lei nº 11.638, de dezembro de 2007.

Após a definição do universo amostral do estudo, veio a coleta das informações sobre ativos intangíveis divulgadas nos demonstrativos contábeis das empresas, visando à maior compreensão sobre a sua categorização, classificação e representatividade. Com base na discriminação ou decomposição dos elementos intangíveis nos demonstrativos contábeis, foi possível categorizá-los, e em seguida classificá-los com base na proposta de Brooking (1996), apresentada no Quadro 1. Quanto à representatividade dos intangíveis nas empresas, sua implementação se dá via análise vertical, propiciando uma comparação proporcional entre o Ativo Intangível e o Ativo Não Circulante (exceto o Realizável a Longo Prazo – antigo Ativo Permanente, extinto pela Lei nº 11.941/2009) e entre o Ativo Intangível e o Ativo Total, respectivamente, nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.

A partir da investigação junto às demonstrações contábeis – Balanço Patrimonial e Notas Explicativas – publicadas em 2007, 2008 e 2009, realizou-se a análise documental e de conteúdo. Na análise de conteúdo, foram observadas as três fases do método, conforme Bardin (2004): (1) pré-análise; (2) exploração do material, que, nesse caso, compreendeu o Balanço Patrimonial e as Notas Explicativas; e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Para garantir maior confiabilidade aos resultados, após a análise por um pesquisador, os documentos foram revisados por outros dois.

## 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Evidenciação dos ativos intangíveis nos demonstrativos contábeis

A Tabela 2 demonstra as quantidades e respectivas proporções de empresas que possuem investimentos em ativos intangíveis reconhecidos no Balanço Patrimonial, ou seja, que apresentam valores contábeis do grupo Ativo Intangível diferentes de zero, e que discriminaram seus componentes nos demonstrativos contábeis (Balanço Patrimonial e/ou nas Notas Explicativas) do período estudado.



Tabela 2 – Composição dos ativos intangíveis nos demonstrativos contábeis das empresas pesquisadas, por tipo de demonstrativo, período, número e proporção de empresas

Demonstrativo	Quantidade e Proporção (%) de empresas por período					
	2007		2008		2009	
	Número	Proporção (%)	Número	Proporção (%)	Número	Proporção (%)
Balço Patrimonial	1	1	2	2	2	1
Notas Explicativas	53	72	103	79	102	77
Balço Patrimonial e Notas Explicativas	3	4	8	6	8	6
Sem discriminação / decomposição	17	23	17	13	21	16
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>100</b>	<b>130</b>	<b>100</b>	<b>133</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 2, observa-se que as notas explicativas são as informações mais utilizadas para apresentação dos componentes dos ativos intangíveis. Isso pode ser explicado pelo fato de o CPC 04 somente recomendar a divulgação sobre a disposição dos ativos intangíveis em notas explicativas. Além disso, os resultados do estudo de Antunes (2006) revelam que os analistas de investimentos consultam prioritariamente as notas explicativas antes de tomar suas decisões.

Verifica-se ainda o crescimento do número de empresas com maior divulgação sobre os ativos intangíveis a partir do exercício de 2008 – primeiro ano de adoção da Lei nº 11.638/2007 e do CPC 04, revelando que os normativos contribuíram para a melhoria informacional dos demonstrativos contábeis das empresas pesquisadas. Segundo Iudicibus et al (2010), a evidenciação dos ativos intangíveis melhora significativamente a qualidade da informação gerada pela contabilidade. Ensslin et al (2009, p. 101-102) também realçam que “a Contabilidade precisa direcionar esforços para registrar esses ativos estratégicos e desenvolver uma forma de evidenciá-los. Isso tornará possível analisar de forma mais precisa o impacto dos Intangíveis na organização”.

No período analisado, a proporção de empresas que incluem o Ativo Intangível no Balço Patrimonial e que não discriminam a sua composição reduziu-se de 23% em 2007 para 16% em 2009. Nota-se que a maioria das empresas (77% em 2007 e 84% em 2009) atendeu aos requisitos dos normativos contábeis, sinalizando adesão à teoria da sinalização – que complementa os pressupostos da teoria da agência e tem como focos principais as consequências da evidenciação, completa e incompleta, da informação contábil e a interpretação dada pelo mercado sobre essa ação – e à teoria institucional – que estuda a forma como as forças sociais, a exemplo das leis, como a Lei nº 11.638/2007, exercem influência na rotina das organizações e como se dá o processo de absorção de tais pressões – discutidas por Rosseto e Rosseto (1999, 2005), Guerreiro (2006) e Guerreiro, Frezatti e Casado (2006).

Em linhas gerais, observam-se um significativo crescimento do número de empresas inovadoras com reconhecimento do Ativo Intangível no Balço Patrimonial e a melhoria da discriminação estrutural do grupo desses ativos nos demonstrativos contábeis, corroborando os

resultados dos estudos de Antunes (2006), Reina, Vicente e Ensslin (2008) e Arruda, Cabral e Araújo (2010), segundo os quais há crescimento não só quantitativo, mas também qualitativo dos ativos intangíveis nas empresas, decorrente de maior esforço por parte dos provedores de informação.

#### 4.2 Categorização dos ativos intangíveis evidenciados nos demonstrativos contábeis

O presente tópico aborda a composição dos ativos intangíveis divulgados nos demonstrativos contábeis das empresas pesquisadas, distribuídos por grupo de inovação, segundo o IBI, em termos de categorias, no que tange à frequência (número de vezes que foi evidenciada a categoria), conforme demonstrado na Tabela 3, e à proporção (%) dos investimentos nos ativos intangíveis em suas respectivas categorias, consoante ilustrado na Tabela 4. A análise da categorização dos ativos intangíveis evidenciados nos demonstrativos contábeis compreendeu duas abordagens: a quantitativa monetária e a quantitativa não monetária. Cabe ressaltar que, para uma melhor categorização, sempre que *marcas* e *patentes* foram apresentadas conjuntamente nos demonstrativos contábeis, a categoria foi desmembrada em *marcas* e *patentes*, sendo o valor do somatório rateado em partes iguais. Isso foi necessário em virtude de *marcas* se enquadrar como ativo de mercado e *patentes* se enquadrar como ativo de propriedade intelectual, de acordo com a classificação de Brooking (1996) adotada na pesquisa.

Tabela 3 – Frequência das categorias de ativos intangíveis com evidenciação contábil nas empresas pesquisadas, por grupo de inovação e período

Categoria	Grupo/Período/Frequência											
	1			2			3			4		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
<i>Goodwill</i>	3	4	8	12	25	27	7	11	11	4	17	19
Carteira de clientes	0	1	1	2	2	2	0	1	1	0	0	0
Contratos de programa	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
Custo para retirada de ativos / reflorestamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1
Deságio	0	0	0	2	2	2	0	0	0	0	0	0
Fundo de comércio	0	1	1	2	1	1	4	4	4	1	1	1
Gastos com aquisições/participações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Marcas	7	8	9	9	11	9	9	17	16	6	20	16
Provisão para perdas	1	0	0	2	2	2	0	0	0	0	2	2
Aquisição de pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Concessões	0	0	0	4	7	10	0	0	1	2	3	3
Direito ao uso de <i>software</i>	1	2	4	7	10	9	0	1	1	2	4	4

ATIVOS INTANGÍVEIS DE EMPRESAS INOVADORAS

Direito ao uso (outros)	2	4	5	11	14	14	1	4	3	0	5	5
Licença de uso de <i>software</i>	1	3	4	5	8	10	1	2	2	0	1	1
P&D de produto	2	3	3	3	6	7	1	0	0	0	0	0
Tecnologia	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0
Patentes	7	8	8	9	11	9	8	16	15	4	17	13
Projetos concluídos	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gastos com implantação de lojas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gastos com projetos em desenvolvimento	0	3	3	5	5	5	0	0	2	0	0	1
Instalações em imóveis de terceiros	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0
Pontos comerciais	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0
Projetos de implementação de sistemas	0	2	2	0	0	1	1	1	1	0	0	0
Serviço administrativo	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0
Sistema de informação	1	1	0	1	3	3	0	1	1	1	1	0
<i>Software</i>	10	10	10	15	17	16	4	11	11	3	16	16
Despesas pré-operacionais	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos intangíveis	2	4	6	17	25	25	2	3	6	2	3	6
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>55</b>	<b>66</b>	<b>107</b>	<b>151</b>	<b>153</b>	<b>40</b>	<b>75</b>	<b>80</b>	<b>25</b>	<b>92</b>	<b>88</b>
<b>Nº de empresas</b>	<b>8</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>31</b>	<b>43</b>	<b>42</b>	<b>18</b>	<b>30</b>	<b>33</b>	<b>17</b>	<b>39</b>	<b>39</b>
<b>Média</b>	<b>4,6</b>	<b>3,1</b>	<b>3,5</b>	<b>3,5</b>	<b>3,5</b>	<b>3,6</b>	<b>2,2</b>	<b>2,5</b>	<b>2,4</b>	<b>1,5</b>	<b>2,4</b>	<b>2,3</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Pelos dados da Tabela 3, verifica-se a predominância das seguintes categorias: *Goodwill* (Ágio por expectativa de rentabilidade futura), *Software*, Marcas e Patentes. Essas quatro categorias marcaram presença nas demonstrações contábeis em todos os grupos de inovação nos três períodos analisados. Categorias dos ativos intangíveis como Fundo de Comércio (exceto Grupo 1 em 2007) Direito ao uso (exceto Grupo 4 em 2007) e Licença de uso (exceto Grupo 4 em 2007) também estiveram presentes nos quatro grupos nos três períodos (exceções indicadas), porém em percentuais menos expressivos.

Observa-se que as categorias Direito ao uso de *software*, Direito ao uso (outros), Licença de uso de *software*, Pesquisa e desenvolvimento (P&D) de produto e Gastos com projetos em desenvolvimento são mais frequentes nas empresas dos grupos mais inovadores (1 e 2). Pode-se notar ainda uma maior frequência por empresa nas categorias de intangíveis nos demonstrativos contábeis das empresas dos grupos 1 e 2 nos três anos estudados (oscilando entre 3,1 e 4,6). Esses fatos ratificam a observação de que o grau de intensidade tecnológica da empresa pode influenciar investimentos peculiares em intangíveis.

A Tabela 4 reúne os números referentes às proporções das categorias dos ativos intangíveis em relação ao investimento total apresentado nas demonstrações contábeis das empresas, distribuídas por grupo de inovação, segundo o IBI.

Tabela 4 – Proporção (%) dos investimentos em ativos intangíveis em relação ao investimento total por categoria com evidenciação contábil, grupo e período

Categoria	Grupo/Período/Freqüência											
	1			2			3			4		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
<i>Goodwill</i>	42	14	23	23	30	19	95	88	94	67	83	87
Carteiras de clientes	0	5	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contratos de programa	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
Custo para retirada de ativos / reflorestamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0
Deságio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fundo de comércio	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Gastos com aquisições/participações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Marcas	1	1	1	0	0	0	1	2	1	2	1	1
Provisão para perdas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-1	0	0
Aquisição de pessoal	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0
Concessões	0	0	0	28	32	43	0	0	1	26	3	2
Direito ao uso de <i>software</i>	2	0	1	12	9	5	0	2	0	0	0	0
Direito ao uso (outros)	1	3	3	12	6	15	0	0	0	0	10	6
Licença de uso de <i>software</i>	8	2	2	3	6	5	2	2	1	0	0	0
P&D de produto	4	51	41	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tecnologia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Patentes	1	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0	1
Projetos concluídos	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gastos com implantação de lojas	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Gastos com projetos em desenvolvimento	0	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Instalações em imóveis de terceiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pontos comerciais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Projetos de implementação de sistemas	0	1	1	0	0	0	1	1	1	0	0	0
Serviço administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sistema de informação	1	0	0	3	2	1	0	3	1	0	0	0
<i>Software</i>	39	19	16	17	12	10	1	1	1	2	1	1
Despesas pré-operacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos intangíveis	1	1	1	1	0	0	0	0	0	2	0	1
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Independentemente da análise da frequência das categorias divulgadas (Tabela 3), os dados da Tabela 4 revelam que, em termos monetários, as categorias mais representativas são Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), Concessões, *Software* e Pesquisa e desenvolvimento (P&D) de produto, nessa ordem, com destaque para o *goodwill*, devido ao seu elevado valor monetário comparativamente às demais categorias, principalmente nas empresas dos grupos de menor intensidade tecnológica (3 e 4). Na visão de Ritta, Ensslin e Ronchi (2010), isso mostra que: (i) as negociações que envolvem aquisição de empresas constituem uma das principais estratégias de gestão com vistas ao crescimento das organizações; e (ii) geralmente as companhias são adquiridas por quantia muito superior ao valor contábil, o que justifica a significativa presença dessa categoria nas empresas inovadoras pesquisadas. Na mesma linha de raciocínio, ressaltam Schmidt e Santos (2009) que segundo alguns estudos o valor de mercado das empresas corresponde, em média, ao dobro do valor contábil.

Ressalta-se que, em termos de investimento, a categoria Pesquisa e desenvolvimento (P&D) de produto é representativa apenas no Grupo 1 (alta tecnologia), especialmente nos anos 2008 e 2009, enquanto a categoria *Software* marca presença, embora não expressiva, em todos os grupos de inovação nos três exercícios analisados, com predominância nas empresas dos grupos mais inovativos do IBI (1 e 2). Segundo Ritta, Ensslin e Ronchi (2010), o ativo intangível *Software* é fundamental para o adequado gerenciamento das atividades administrativas e operacionais, como forma de garantir mais qualidade, confiabilidade e tempestividade às operações.

Observa-se que embora as categorias Marcas e Patentes se destaquem em termos de frequência (Tabela 3), já em termos de investimentos (Tabela 4) são pouco representativas, corroborando o pensamento de Ludícibus et al (2010) e Ritta, Ensslin e Ronchi (2010), que atribuem sua pequena representatividade ao fato de fazerem referência tão-somente aos gastos com registro e manutenção desses ativos. Cabe destacar que ocorre o mesmo com relação à categoria Outros ativos intangíveis, provavelmente por compilar algumas categorias de intangíveis que deixam de ser desmembradas devido à sua irrelevância ou à dificuldade de sua identificação em separado.

#### 4.3 Classificação dos ativos intangíveis evidenciados nos demonstrativos contábeis das empresas pesquisadas

Apresenta-se, a seguir, a classificação, conforme Brooking (1996), dos ativos intangíveis divulgados nos demonstrativos contábeis das empresas pesquisadas, por grupo de inovação, segundo o IBI, no tocante à frequência (Tabela 5) e à sua proporção (%) no total de investimentos com ativos intangíveis (Tabela 6).

Tabela 5 – Frequência dos ativos intangíveis e respectivas proporções (%) no investimento total, por grupo de inovação, conforme classificação de Brooking (1996)

Grupo	Período	Frequência	Categoria / Proporção (%)				
			Ativos de Mercado	Ativos Humanos	Ativos de Propriedade Intelectual	Ativos de Infraestrutura	Outros
1	2007	37	30	0	35	30	5
	2008	55	25	0	39	29	7
	2009	66	29	0	38	24	9
2	2007	107	27	0	36	21	16
	2008	151	29	0	37	17	17
	2009	153	29	0	39	16	16
3	2007	40	50	0	30	15	5
	2008	75	44	0	32	20	4
	2009	80	40	0	29	24	7
4	2007	24	44	0	32	16	8
	2008	92	46	0	33	18	3
	2009	88	44	0	30	19	7

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 5, predominam nas empresas analisadas os Ativos de Mercado e os Ativos de Propriedade Intelectual, sendo a primeira categoria mais frequente no Grupo 4 (baixa intensidade tecnológica), enquanto a segunda marca mais presença no Grupo 1 (alta tecnologia).

Destaca-se a ausência de Ativos Humanos, como benefícios que os colaboradores podem proporcionar às organizações por meio da sua expertise, criatividade, conhecimento e habilidade para resolver problemas, tudo visto de forma coletiva e dinâmica (BROOKING, 1996), provavelmente devido à dificuldade de mensuração dos ativos intangíveis que integram o capital intelectual das empresas. Esse fato, porém, contraria a afirmação de Pacheco (2005, p. 54) de que “o capital humano pode ser visto como o conjunto de habilidades e conhecimentos dos indivíduos dentro de uma organização, e isto pode ser mensurado e divulgado.”

Tabela 6 – Distribuição dos investimentos em ativos intangíveis por grupo de inovação, período, valor, categoria e proporção no investimento total, segundo a classificação de Brooking (1996)

Grupo	Período	Valor (R\$)	Categoria / Proporção (%)				
			Ativos de Mercado	Ativos Humanos	Ativos de Propriedade Intelectual	Ativos de Infraestrutura	Outros
1	2007	581.686,00	44	0	15	40	1
	2008	3.096.963,01	21	0	58	21	1
	2009	2.922.635,00	31	0	48	19	1
2	2007	26.739.318,00	23	0	55	21	1
	2008	41.066.056,40	31	0	53	15	0
	2009	72.929.134,00	20	0	68	12	0

ATIVOS INTANGÍVEIS DE EMPRESAS INOVADORAS

3	2007	<b>3.682.617,00</b>	96	0	3	1	0
	2008	<b>3.811.342,00</b>	90	0	5	4	0
	2009	<b>6.743.010,16</b>	95	0	2	3	0
4	2007	<b>1.106.059,00</b>	69	0	27	2	2
	2008	<b>14.694.627,00</b>	86	0	14	1	0
	2009	<b>26.517.241,00</b>	90	0	8	1	1

Fonte: Dados da pesquisa.

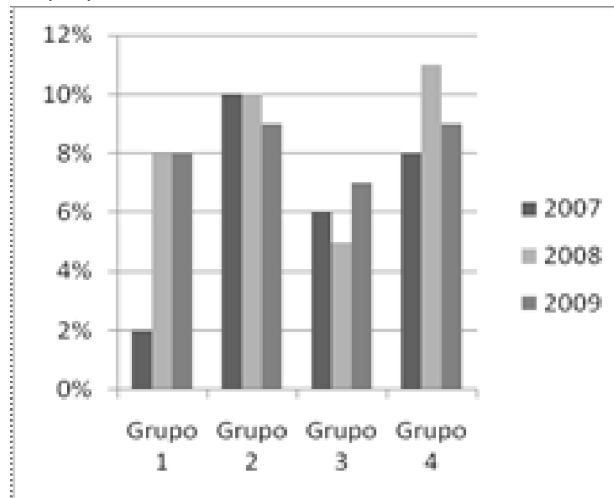
Conforme visualizado na Tabela 6, em termos de investimentos, as classificações dos ativos intangíveis predominantes nas empresas estudadas são semelhantes às categorias em termos de frequência, a saber: Ativos de Mercado e Ativos de Propriedade Intelectual, respectivamente, sendo a primeira mais frequente entre as empresas dos grupos menos inovativos (3 e 4), enquanto a segunda registra maior presença entre as empresas mais inovadoras (1 e 2). Observa-se que os investimentos na classificação Ativos de Infraestrutura também são representativos nas empresas dos dois grupos de maior intensidade tecnológica; os percentuais, no entanto, são decrescentes ao longo dos três períodos analisados.

De modo geral, pode-se inferir sobre a ocorrência de aumento tanto relativo como absoluto dos ativos intangíveis evidenciados nos demonstrativos contábeis das empresas inovadoras ao longo dos três períodos analisados. Constata-se ainda que desde o primeiro ano de adoção do CPC 04 (2008), melhorou a divulgação dos ativos intangíveis nos demonstrativos contábeis das empresas, comprovando a eficácia do mecanismo regulatório.

#### 4.4 Representatividade dos ativos intangíveis evidenciados nos demonstrativos contábeis das empresas analisadas

O presente tópico apresenta os resultados da análise da representatividade do grupo Ativo Intangível em relação ao Ativo Total (Figura 1) e ao Ativo Não Circulante (exceto o Realizável a Longo Prazo – antigo Ativo Permanente, extinto pela Lei nº 11.941/2009) (Figura 2), segundo valores extraídos dos Balanços Patrimoniais de 2007, 2008 e 2009, com o auxílio das respectivas notas explicativas, quando necessário.

Figura 1 – Representatividade do Ativo Intangível no Ativo Total, por grupo  
 Fonte: Dados da pesquisa.



Comparando-se as proporções exibidas na Figura 1, verifica-se uma crescente relevância do Ativo Intangível em relação ao Ativo Total nas empresas inovadoras pesquisadas nos anos 2008 e 2009, com exceção daquelas pertencentes ao Grupo 3. No ano 2008, a participação do Intangível no Ativo Total das empresas oscila entre 5% (Grupo 3) e 11% (Grupo 4), enquanto em 2009 oscila entre 7% (Grupo 3) e 9% (grupos 2 e 4). Em análise semelhante, envolvendo 45 empresas de capital aberto, a pesquisa de Comunelo, Marcon e Thiesen (2010) revelou que em mais da metade delas, cerca de 64%, o Ativo Intangível corresponde a menos de 1% do Ativo Total. Dessa forma, pode-se inferir que em empresas caracterizadas como inovadoras é maior a proporção dos investimentos em ativos intangíveis, o que ratifica a amostra selecionada nesta pesquisa, por reunir empresas com patamares superiores de intangíveis em relação ao Ativo Total.

A Tabela 7 exhibe as médias e os desvios-padrão das empresas participantes de cada grupo de inovação, com o intuito de evidenciar o patamar de dispersão entre as empresas de um mesmo grupo de intensidade tecnológica quanto à representatividade dos ativos intangíveis nos respectivos valores de Ativo Total.

Tabela 7 – Distribuição das médias e desvios-padrão das representatividades dos ativos intangíveis nos valores de Ativo Total das empresas pesquisadas, por grupo de inovação e período



Grupo	Período	Média (%)	Desvio-padrão
1	2007	6	0,12
	2008	7	0,15
	2009	9	0,15
2	2007	5	0,09
	2008	6	0,09
	2009	8	0,09
3	2007	3	0,07
	2008	4	0,06
	2009	4	0,07
4	2007	3	0,06
	2008	8	0,11
	2009	7	0,11

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os dados da Tabela 7, as empresas dos grupos 2 e 3 são as que apresentam menores dispersões na representatividade dos ativos intangíveis nos valores de Ativo Total. Por sua vez, as empresas do Grupo 1 (alta tecnologia) são as que apresentam maiores dispersões entre si nos três períodos analisados. Em linhas gerais, com base na Tabela 7 pode-se afirmar que a representatividade dos ativos intangíveis nos valores de Ativo Total, conforme ilustrado na Figura 1, denota os perfis das empresas dos grupos de inovação analisados, segundo o IBI.

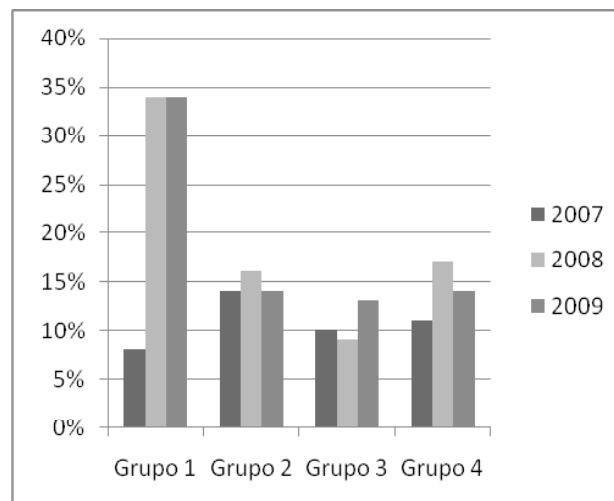


Figura 2 – Representatividade do Ativo Intangível no Ativo Não Circulante, por grupo de inovação e período

Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 2 revela que, ao longo dos três períodos analisados, o Ativo Intangível nas empresas passou a ter maior nos valores de Ativo Não Circulante, o que repercute na diminuição dos ativos tangíveis do grupo, em consonância com o que afirmam Backes, Ott e Wiethauper (2005, p. 1): “a proporção de investimentos em ativos intangíveis passa a ser significativa, em contraste com a irrelevância observada em outros tempos”. A pesquisa de Crisóstomo (2009), envolvendo 86 empresas listadas na BM&FBovespa, distribuídas em 22 setores da economia, nos exercícios de 2005, 2006 e 2007, revelou uma proporção de 5,1% dos ativos intangíveis nos valores de Ativo Permanente, o que, na opinião do autor, já poderia ser considerado relevante, porquanto a regulamentação mais clara sobre o tema só surgiu em 2007, por meio da Lei nº 11.638/2007, e em 2008, com a edição do CPC 04.

Comparando-se as proporções mostradas na Figura 2 com os resultados expressos na pesquisa de Crisóstomo (2009), verifica-se uma crescente relevância do Ativo Intangível em relação ao Ativo Não Circulante nas empresas participantes de grupos setoriais com perfil inovador, especialmente nos anos 2008 e 2009, variando de 9% a 34% em 2008 e de 13% a 34% em 2009. Em linhas gerais, a elevação de 2007 para 2008 e 2009 pode ser atribuída à adoção do CPC 04 a partir do exercício de 2008.

Outro aspecto importante reside na correlação direta entre a relevância dos ativos intangíveis em relação ao Ativo Não Circulante e o grau de intensidade tecnológica das empresas participantes dos grupos de inovação, com elevado destaque para as empresas do Grupo 1 (alta tecnologia). Desse modo, pode-se inferir que, em tese, quanto maior for o grau de inovação da empresa, maior será a relevância dos seus ativos intangíveis em relação ao Ativo Não Circulante, o que ratifica parcialmente o pressuposto adotado para a seleção da amostra da pesquisa.

A Tabela 8 apresenta as médias e os desvios-padrão das empresas participantes de cada grupo de inovação, com o intuito de evidenciar o patamar de dispersão entre empresas de mesmo grupo de intensidade tecnológica quanto à representatividade dos ativos intangíveis nos valores de Ativo Não Circulante (exceto o Realizável a Longo Prazo – antigo Ativo Permanente, extinto pela Lei nº 11.941/2009).

Tabela 8 – Distribuição das médias e desvios-padrão das representatividades dos ativos intangíveis em relação aos valores de Ativo Não Circulante das empresas pesquisadas, por grupo de inovação e período

Grupo	Período	Média (%)	Desvio-padrão
1	2007	18	0,31
	2008	22	0,30
	2009	26	0,33
2	2007	10	0,18
	2008	14	0,19
	2009	17	0,19
3	2007	7	0,13
	2008	8	0,11
	2009	8	0,13
4	2007	7	0,11
	2008	14	0,19
	2009	13	0,18

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados da Tabela 8 revelam que os desvios-padrão dos quatro grupos de inovação são bastante elevados nos três períodos analisados, o que inviabiliza a maior coesão das informações apresentadas na Figura 2 sobre a representatividade do Ativo Intangível em relação ao Ativo Não Circulante nas empresas, por grupo de inovação. A dispersão é maior no Grupo 1 (alta tecnologia).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como principal objetivo analisar os ativos intangíveis evidenciados nos demonstrativos contábeis de empresas listadas na BM&FBovespa participantes do *ranking* setorial da inovação, segundo o Índice Brasil de Inovação (IBI), em termos de categorização, classificação e representatividade. Para tanto, realizou-se um estudo descritivo, com abordagem qualitativa dos dados, utilizando-se a análise documental e a de conteúdo.

Os resultados obtidos possibilitaram verificar que a maior parte das empresas inovadoras apresenta a discriminação ou decomposição das categorias dos ativos intangíveis nos demonstrativos contábeis analisadas, especialmente em notas explicativas. Foi possível observar ainda o crescimento do número de empresas com maior divulgação sobre os ativos intangíveis a partir do exercício de 2008 – primeiro ano de adoção da Lei nº 11.638/2007 e do CPC 04, revelando que os normativos contribuíram para a melhoria informacional dos demonstrativos contábeis das empresas pesquisadas.

Com relação à categorização dos ativos intangíveis evidenciados nos demonstrativos contábeis, considerando-se todos os grupos de inovação, constatou-se a predominância das seguintes categorias: (i) em termos de frequência: Ágio por expectativa de rentabilidade futura

(*goodwill*), *Software*, Marcas e Patentes; e (ii) em termos de participação dos investimentos: Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), Concessões, *Software* e Pesquisa e desenvolvimento (P&D) de produto, com destaque para o *goodwill*, devido ao seu elevado valor monetário comparativamente às demais categorias de intangíveis, principalmente nas empresas dos grupos de menor intensidade tecnológica.

No que tange à classificação dos ativos intangíveis evidenciados nos demonstrativos contábeis, em conformidade com a proposta de Brooking (1996), observou-se que tanto em termos de frequência, como em termos de investimentos, as classificações Ativos de Mercado e Ativos de Propriedade Intelectual predominam nas empresas estudadas, sendo a primeira mais frequente nas empresas dos grupos menos inovativos, enquanto a segunda marca maior presença nas empresas mais inovadoras. Com relação às categorias dos ativos intangíveis relacionados à classificação Ativos Humanos, nada foi evidenciado pelas empresas.

No que tange à análise da representatividade do grupo Ativo Intangível em relação ao Ativo Total e ao Ativo Não Circulante (exceto o Realizável a Longo Prazo – antigo Ativo Permanente, extinto pela Lei nº 11.941/2009), constatou-se: i) na primeira, uma crescente relevância do Ativo Intangível em relação ao Ativo Total nos anos 2008 e 2009, com exceção das empresas do Grupo 3, o que evidencia a maior representatividade dos investimentos em ativos intangíveis em empresas caracterizadas como inovadoras, ratificando a amostra selecionada nesta pesquisa, por alcançarem patamares superiores de intangíveis em relação ao Ativo Total; e, ii) na segunda, correspondência direta entre a relevância do Ativo Intangível em relação ao Ativo Não Circulante e o grau de intensidade tecnológica das empresas participantes dos grupos de inovação, com destaque para as empresas do Grupo 1 (alta tecnologia), podendo-se inferir, que, em geral, quanto maior for o grau de inovação da empresa, maior será a relevância dos seus ativos intangíveis, o que ratifica parcialmente o pressuposto adotado para a seleção da amostra da pesquisa.

Por fim, vale lembrar que, embora embrionária, a presente análise sinaliza aspectos essenciais sobre os perfis dos ativos intangíveis evidenciados em demonstrativos contábeis de empresas brasileiras inovadoras e sobre a associação entre os graus de inovação empresarial e os investimentos em ativos intangíveis, revelando a importância das temáticas *intangíveis* e *inovação* como focos de futuras pesquisas, especialmente com abordagem quantitativa dos dados. Outras variáveis, como o grau de intangibilidade de empresas inovadoras, também poderiam ser investigadas em futuros estudos.

## NOTAS

<sup>1</sup> Graduando em Contabilidade pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: jglauber\_cont@hotmail.com.

<sup>2</sup> Graduanda em Contabilidade pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: liliass\_16@hotmail.com.

<sup>3</sup> Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Professora Adjunta do Departamento de Contabilidade e do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: alegallon@terra.com.br.

<sup>4</sup>Doutora em Controladoria e Contabilidade pela USP Professora do Departamento de Contabilidade e do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: marciadeluca@ufc.br.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. J. M. B. **Da capacidade empreendedora aos activos intangíveis no processo de criação de empresas do conhecimento**. 179 f. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão da Tecnologia) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2003.

ANTUNES, M. T. P. A controladoria e o capital intelectual: um estudo empírico sobre sua gestão. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 41, n. 3, p. 21-37, 2006.

\_\_\_\_\_; LEITE, R. S. Divulgação de informações sobre ativos intangíveis e sua utilidade para analistas de investimentos. **Revista Universo Contábil**, v. 4, n. 4, p. 22-38, 2008.

\_\_\_\_\_; MARTINS, E. Gerenciando o capital intelectual: uma abordagem empírica baseada na controladoria de grandes empresas brasileiras. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 13, n. 1, p. 1-22, 2007.

ARRUDA, B. B. H.; CABRAL, T. G.; ARAÚJO, A. O. Evidenciação dos elementos do capital intelectual nos relatórios da administração de companhias brasileiras pertencentes ao nível 2 de governança corporativa. **Revista Brasileira de Contabilidade**, a. 39, n. 182, p. 33-45, 2010.

BACKES, R. G.; OTT, E.; WIETHAEUPER, D. Evidenciação do capital intelectual: análise de conteúdo dos relatórios de administração de companhias abertas brasileiras. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, 29., 2005, Brasília/DF. **Anais ...** Rio de Janeiro: Anpad, 2005. CD-ROM.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6404consol.htm>>. Acesso em: 6 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm)>. Acesso em: 6 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.941**, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; e dá outras providências.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm#art37](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm#art37)>. Acesso em: 6 dez. 2010.

BROOKING, A. **Intellectual capital**: core asset for the third millennium enterprise. Boston: Thomson Publishing Inc., 1996.

COLAUTO, R. D. et al. Evidenciação de ativos intangíveis não adquiridos nos relatórios da administração das companhias listadas nos níveis de governança corporativa da Bovespa. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 1, p. 142-169, 2009.

COMUNELLO, A. L.; MARCON, L. F.; THIESEN, A. P. Ativo intangível: sua representação nas empresas de capital aberto. In: CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DO PARANÁ, 15., 2010, Curitiba. **Anais ...** Curitiba: CRCPR, 2010.

CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 04** – Ativo intangível. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=27>>. Acesso em: 6 dez. 2010.

CRISÓSTOMO, V. Ativos intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 12, n. 1, p. 50-68, 2009.

DARROCH, J.; McNAUGHTON, R. Examining the link between knowledge management practices and types of innovation. **Journal of Intellectual Capital**, v. 3, n. 3, p. 210-222, 2002.

EDVINSSON, L.; MALONE, M. S. **Capital intelectual**: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos. São Paulo: Makron Books, 1998.

\_\_\_\_\_ et al. Innovations: the new unit of analysis in the knowledge era: the quest and context for innovation efficiency and management of IC. **Journal of Intellectual Capital**, v. 5, n. 1, p. 40-58, 2004.

ENSSLIN, S. R. et al. Grau de intangibilidade e retorno sobre investimentos: um estudo entre as 60 maiores empresas do índice Bovespa. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 8, n. 14, jan./jun. 2009.

FURTADO, A. et al. IBI – o ranking das empresas. **Inovação Uniemp**, v. 3, n. 3, p. 30-35, 2007.

GUERREIRO, M. A. S. Impacto da adoção das international financials reporting standards: factores explicativos do nível de informação divulgada pelas empresas portuguesas cotadas. **Revista Contabilidade e Gestão**, n. 3, p. 7-32, 2006.

GUERREIRO, R.; FREZATTI, F.; CASADO, T. Em busca de um melhor entendimento da contabilidade gerencial através da integração de conceitos da psicologia, cultura organizacional e teoria institucional. **Revista Contabilidade e Finanças**, Ed. Comemorativa FEA/USP 60 anos, p. 7-21, 2006.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

\_\_\_\_\_. et al. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

LEV, B. **Intangibles**: management, measurement and reporting. Washington: Brookings Institution Press, 2001.

MUDAMBI, R. Location, control and innovation in knowledge-intensive industries. **Journal of Economic Geography**, n. 8, p. 699-725, 2008.

NARVEKAR, R. S.; JAIN, K. A new framework to understand the technological innovation process. **Journal of Intellectual Capital**, v. 7, n. 2, p. 174-186, 2006.

OECD. **Oslo manual**: proposed guidelines for collecting and interpreting technological innovation data. Paris: OECD, 2005.

PACHECO, V. **Mensuração e divulgação do capital intelectual nas demonstrações contábeis**: teoria e empiria. 2005. 184 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) –Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2005.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Características estratégicas dos ativos intangíveis e o desempenho econômico da empresa. **Revista Eletrônica de Gestão de Negócios**, v. 2, n. 2, p. 69-96, 2006.

REINA, D.; VICENTE, E F. R.; ENSSLIN, S. R. Capital intelectual: uma análise comparativa da evidenciação voluntária em empresas de governança corporativa no ano de 2006. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18., 2008, Gramado. **Anais ...** Brasília: CFC, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RITTA, C. O.; ENSSLIN, S. R.; RONCHI, S. H. A evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas brasileiras: empresas que apresentam informações financeiras à bolsa de valores de São Paulo e Nova York em 2006 e 2007. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 9, n. 1, p. 62-65, 2010.

ROGERS, M. **The definition and measurement of innovation**. Melbourne Institute Working Paper, n. 10, May 1998.

ROSSETO, C. R.; ROSSETO, A. M. A combinação das perspectivas institucional e da dependência de recursos no estudo da adaptação estratégica organizacional. **Teor. Evid. Econ.**, v. 7, n. 12, p. 111-136, 1999.

\_\_\_\_\_. Teoria institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar. **RAE-Eletrônica**, v. 4, n. 1, art. 7, 2005.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. **Avaliação de ativos intangíveis**: goodwill, capital

intelectual, marcas e patentes, propriedade intelectual, pesquisa e desenvolvimento. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

STOECKICHT, I. P.; SOARES, C. A. P. O capital intelectual, os capitais do conhecimento e a inovação: a importância da gestão estratégica do capital intelectual no desenvolvimento da capacidade de inovação em empresas brasileiras. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS – SIMPOI, 12., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FGVSP, 2009. CD-ROM.

SVEIBY, K. E. **A nova riqueza das organizações**: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TEH, C. C.; KAYO, E. K.; KIMURA, H. Marcas patentes e criação de valor. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 9, n. 1, p. 86-106, 2008.

TIRONI, L. F.; CRUZ, B. O. **Inovação incremental ou radical**: há motivos para diferenciar? Uma abordagem com dados da Pintec. Texto para discussão n° 1.360. Rio de Janeiro: – Ipea, out. 2008.

Recebido em: 06/05/2011

Aceito para publicação em: 08/11/2011